Revista Latino-Americana de
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Campos Neutrais
FURG

Entrevista com Marcos Galvão

Vivian Rocha
Guilherme Breyer

1 NOTA INTRODUTÓRIA DO(S) ENTREVISTADOR(ES)

Esta entrevista tem como objetivo analisar a evolução das relações econômicas, comerciais e de investimento entre Brasil e China nos últimos anos, no contexto da retomada da aproximação diplomática e da ampliação da cooperação em setores estratégicos como inovação, infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Busca-se identificar de que modo o fortalecimento dessa parceria bilateral e a expansão dos investimentos chineses criaram um ambiente propício à inserção da cadeia de veículos elétricos no país. Além disso, a investigação visa mapear as condições necessárias para que essa presença no setor automotivo impulsione o upgrading industrial, a transferência de tecnologia e o fortalecimento das capacidades produtivas nacionais, compreendendo como a cooperação econômica sino-brasileira pode subsidiar uma estratégia nacional de desenvolvimento orientada à inovação, à agregação de valor e à transição energética. A entrevista foi realizada de forma remota no dia 20 de julho de 2026, durante 1 hora.

2 BIOGRAFIA DO ENTREVISTADO

Marcos Bezerra Abbott Galvão é diplomata do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). Possui formação acadêmica concluída no Curso de Preparação à Carreira de Diplomatas (CPCD) pelo Instituto Rio Branco, em 1980, e mestrado em Relações Internacionais pela American University, em Washington, D.C. Sua trajetória profissional reúne especialização em diplomacia econômica e financeira global, negociações multilaterais (G-20 e União Europeia), formulação de política externa macroeconômica e no relacionamento estratégico bilateral com superpotências, como os EUA e a China.

Em Brasília, desempenhou funções de alto escalão, tendo atuado como Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda entre 2005 e 2007, Secretário de Assuntos Internacionais do

GABRIEL, V. D. R.; DIAS, G. B. R. Entrevista com Marcos Galvão. **Campos Neutrais**. Rio Grande. V. 8, N. 2. P. 668 - 689 | maio/agosto. 2026. | (ISSN 2596-1314).

Ministério da Fazenda de 2008 a 2010, período em que foi o negociador principal da pasta no processo do G-20, e Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 2016 e 2018, ocupando o segundo cargo mais alto do Itamaraty. No exterior, foi Ministro-Conselheiro na Embaixada do Brasil em Washington e chefiou a Embaixada do Brasil em Tóquio, a Delegação Permanente junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e, entre 2018 e 2022, a Missão do Brasil junto à União Europeia. Ao longo de sua carreira, foi admitido por Fernando Henrique Cardoso na Ordem do Mérito Militar, no grau de Comendador, a mais alta condecoração criada para galardoar militares, civis e instituições que prestaram serviços relevantes à nação brasileira, especialmente ao Exército Brasileiro. Desde agosto de 2022, Marcos Bezerra Abbott Galvão exerce o cargo de Embaixador do Brasil na China. Na chefia dessa representação, considerada a mais estratégica do país no exterior no âmbito comercial, atua coordenando a articulação política, a celebração de acordos bilaterais de alto nível e a facilitação para a entrada de novos investimentos chineses em solo brasileiro.

3 ENTREVISTA

Pergunta

O senhor assumiu a Embaixada do Brasil em Pequim em um momento de retomada da aproximação política entre Brasil e China, após um período marcado por tensões diplomáticas, guerras comerciais e a pandemia da COVID-19. Como foi assumir esse cargo nesse novo contexto e quais têm sido os principais desafios?

Resposta:

Eu tive a sorte imensa de vir para a China. Eu cheguei ainda num período com o fim da pandemia, o país fechado e, portanto, numa situação ainda desafiadora, em que a China estava fechada para o mundo; praticamente não havia viagens entre o exterior e a China. Quem chegava aqui tinha que fazer quarentena prolongada. No final da chamada política de Covid Zero, que teve vigência até 07/12/22, você tinha testagens diárias ou a cada 48 hs. Quer dizer, era um momento difícil em termos de interação, e era um momento de tensão internacional que se acentuou com a invasão da Ucrânia em fevereiro de 2022.

Depois, passada e superada essa etapa, e a China reabrindo para o mundo a partir de janeiro de 2023, eu tive o privilégio de viver aqui o momento de maior intensidade das relações

entre o Brasil e a China, que coincidiu também com a eleição e a visita do presidente Lula no país em abril do mesmo ano e toda uma conjuntura favorável, tanto político-diplomática e de afinidade e simpatia entre as lideranças dos 2 países, como um momento econômico em que o Brasil foi capaz de aproveitar com intensidade ainda maior as oportunidades que existiam aqui, de acentuar uma posição que já tinha como grande fornecedor agrícola da China e de ocupar espaços que haviam sido deixados justamente em função de guerras comerciais com outros países. Parte do que o Brasil assume de market share como fornecedor de produtos agrícolas era antes ocupada pelos EUA. Então o Brasil não buscou isso, mas o fato é que nós fomos capazes de responder a uma lacuna que se abriu.

Em 2022, o Brasil e a China assinaram um protocolo sanitário para exportação de milho. Foi uma demanda chinesa que queria importar milho para substituir o impacto da Ucrânia, que era uma grande fornecedora e cuja situação a tornava menos estável ou previsível como fornecedora. A China buscou esse fornecedor alternativo que éramos nós. Nós fomos capazes de responder com grande força a esse desafio, e o Brasil em 1 ano fechou 2023 como o maior fornecedor de milho à China, que foi o principal produto que entrou.

Nossa relação com a China nesta área comercial tem dificuldades e desafios. O maior deles é o fato de que nossas exportações estão excessivamente concentradas em um número pequeno de produtos. Petróleo, soja e minério de ferro respondem por 3/4 das exportações do Brasil. E se você somar os produtos seguintes em termos de valor, que são carne bovina e celulose de madeira, nós chegamos a praticamente 90% das exportações brasileiras. Então, 90% das exportações brasileiras estão concentradas em 5 produtos primários, exceto a celulose, que é madeira processada. Enquanto isso, as exportações da China para o Brasil são altamente diversificadas e têm um conteúdo tecnológico e de agregação de valor cada vez maior. Um exemplo mais visível disso são os automóveis elétricos e híbridos chineses, que entraram no Brasil com essa velocidade que nós conhecemos.

E, por fim, a China também surgiu nesse período como uma grande fonte de investimento direto estrangeiro no Brasil. Nós sabemos que, segundo o relatório publicado este ano pelo CEBC, o Brasil foi, em 2025, o destino número um de investimento direto estrangeiro da China, e já vínhamos em uma posição alta há muito tempo. Nos últimos cinco anos, pelo menos, o Brasil tem estado entre os principais destinos de investimentos chineses.

Pergunta

O Brasil e a China vivem o melhor momento dos 52 anos de suas relações diplomáticas. Desde sua chegada à Embaixada do Brasil em Pequim, nota-se uma intensificação dessas relações bilaterais, por meio de novos investimentos chineses no Brasil. Na prática, qual tem sido o papel da diplomacia econômica brasileira na consolidação desse ambiente de confiança e na atração desses investimentos? Quais são os instrumentos que o governo brasileiro tem utilizado na aproximação entre os dois países?

Resposta

Em primeiro lugar, como eu entendo que vocês estão entrevistando outros embaixadores, só para dizer: nós, os embaixadores, não temos, digamos, um crédito a receber por essa evolução. O crédito é principalmente do trabalho de muita gente. É só para não achar que a gente está se dando o crédito por essa ascensão das relações.

A propósito disso, eu costumo dizer que as relações com a China vivem hoje o seu momento mais elevado, mas eu espero que esse não seja o pico. Espero que elas continuem subindo. Então essa é uma primeira afirmação. Em segundo lugar, apesar das dificuldades da relação, dos contextos desafiadores em que ela viveu ao longo dos 52 anos, e apesar de circunstâncias que foram se alternando ao longo do tempo, pode-se dizer que as relações do Brasil com a China, desde 1974 até hoje, viveram um processo de estabilidade. Nunca houve uma turbulência insanável nessas relações e nunca tiveram propriamente retrocessos. Até poderiam ter tido, mas não tiveram. O que houve foi diferença de velocidade na progressão.

Começa com a própria origem das relações. Elas foram estabelecidas em 1974, no dia 15 de agosto, exatamente cinco meses depois do então presidente Ernesto Geisel tomar posse. Uma curiosidade dessa história é que vale a pena vocês conversarem com um colega nosso chamado Pedro Henrique Barbosa, que é um sinólogo do Itamaraty, uma pessoa que serviu aqui, estudou e fez uma tese de doutorado na Renmin University aqui na China. Na tese dele, o objetivo número um do Brasil, veja a ironia, quando nós estabelecemos relações diplomáticas com a China em 1974, era comprar petróleo da China, que é hoje o nosso maior comprador de petróleo. Tinha havido a crise do petróleo de 1973. Geisel era então o presidente da Petrobras quando eclodiu a crise do petróleo. Ele assume a presidência do Brasil, um regime forte cuja marca ideológica era o anticomunismo, e resolve estabelecer relações diplomáticas

com a China. O objetivo principal era comprar petróleo da China e ter uma fonte alternativa de fornecimento de petróleo. E isso aconteceu.

No dia em que se assinou, no gabinete do chanceler Azeredo da Silveira, o reconhecimento da República Popular da China pelo Brasil, estava presente na sala o então ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki, que depois viria a presidir a Petrobrás. Avançando um pouco de 1974 para 1983, a China foi o terceiro fornecedor de petróleo do Brasil, atrás apenas da Arábia Saudita e do Iraque. Hoje, como sabemos, a China é o destino número 1 do petróleo exportado pelo Brasil, e o Brasil é o fornecedor número 6 ou 7 de petróleo da China. Nesses dados de comércio publicados recentemente sobre a expansão das exportações brasileiras para a China em 2026, o petróleo é o produto número 1 em valor e é o produto que cresceu mais em volume do que em valor. Então, você tem aí as ironias da história.

O que eu sempre digo, e disse nos 50 anos das relações quando eu falei lá em Brasília, é que essas relações não caíram do céu. Então essa sua pergunta é absolutamente pertinente. Essas relações são o resultado do trabalho de muita gente ao longo dessas 5 décadas: diplomatas, líderes, governantes, funcionários públicos, lideranças empresariais, executivos e executivas empresariais, políticos e políticas, gente de todos os setores da sociedade de ambos os países.

E a palavra que você usou, confiança, é uma palavra-chave. Porque se não houvesse confiança entre o Brasil e a China, nós não teríamos a relação que temos hoje. Por exemplo, na área comercial, o Brasil responde hoje por 25% das importações totais agrícolas da China. Em segundo lugar, vêm os EUA, com cerca de 13%, 14%, mas caiu agora para 7%. Então nós respondemos por 1/4 de todas as importações agrícolas de um país que tem na segurança alimentar um de seus principais pilares e preocupações. Nenhum país colocaria 25% de suas importações agrícolas na mão de outro país se não pudesse confiar nesse país. Então a confiança é fundamental. E como é que se constrói confiança? No fundo, é se comportando de maneira confiável ao longo do tempo. Por exemplo, é não fazer política com sua política comercial, não politizar a relação comercial, não criar barreiras à saída ou à entrada de produtos, não politizar a política de investimentos, não fazer investment screening, seja geopolítico, seja estratégico. Se você não for previsível e confiável, o seu parceiro vai, para usar a expressão que hoje em dia se usa em inglês, "de-risk" de você. Vai tentar evitar uma

concentração excessiva em você como fornecedor de determinado produto e dividir essa produção, se ele acha que não pode confiar em um único país para responder por uma fatia tão grande de suas importações em determinado setor agrícola e agora também mineral.

Com o minério de ferro, embora sejamos o segundo fornecedor e estejamos muito distantes do primeiro, que é a Austrália, agora, também, [somo em] petróleo. Então, confiança: no fundo, qual é o papel da diplomacia? É demonstrar na condução diária das relações que você é um parceiro confiável. E um dos requisitos para isso na China, entre outras coisas, é não haver surpresas. A China não trabalha bem com surpresas, não reage bem a surpresas. Muitos países não reagem, mas aqui isso é um valor importante.

Então, a construção dessa confiança leva tempo. O fato é que fomos capazes, não apenas o governo brasileiro e a diplomacia brasileira, mas também o setor privado brasileiro e outros atores, de, ao longo dessas 5 décadas, mostrar que a China pode confiar no Brasil.

Entrevistadora

A coerência é muito importante, então, nessa relação.

Entrevistado

Fundamental.

Pergunta

Nos últimos anos, o Brasil e a China têm apresentado cooperação em setores como tecnologia e inovação, resultando em programas como o CBERS, que permite o monitoramento territorial e ambiental dos países. O uso compartilhado deste programa de satélite e dos dados obtidos poderia contribuir em quais medidas para a relação entre Brasil e China? Seria possível observar algum impacto nas relações comerciais, no que tange às barreiras de outros países sobre a questão do desmatamento e barreiras de sustentabilidade?

Resposta

Olha, sobre o CBERS, ele nasceu, como se sabe, muito cedo na relação do Brasil com a China. Foi o primeiro programa de cooperação na área espacial entre dois países em desenvolvimento. Começou em 1986, quando o então presidente José Sarney visitou a China. Começou a ser preparado e o programa passou a ser implementado em 1988. Portanto, este

ano faz 40 anos que se começou a fazer. É um programa importante. Essa questão da vinculação entre o impacto comercial do que o satélite permite em termos de observação de queimadas, desmatamentos etc., o satélite não será o único. O Brasil já dispõe de sensoriamento remoto para cobertura da Amazônia, então será uma peça a mais e nos ajudará não só para nosso próprio consumo, mas também, como os dados serão públicos, a mostrarmos ao mundo os nossos êxitos e, infelizmente, também (se vierem a ocorrer) os nossos insucessos no combate ao desmatamento e às queimadas. Pelo menos dará mais informação a nós e aos nossos parceiros sobre o que estamos ou não conseguindo fazer. Felizmente, estamos num momento de redução significativa do desmatamento; estamos sendo bem-sucedidos. Já tivemos períodos de nossa história em que não fomos.

Pergunta

Os hábitos de consumo entre a população chinesa apresentaram mudanças, como o aumento do consumo de carne bovina durante a pandemia e de café pela nova geração, o que gerou impactos nas exportações brasileiras para o país. Para o senhor, quais tendências de consumo devem ganhar força nos próximos anos na China e como elas podem impactar a pauta comercial entre os dois países?

Resposta

Não é uma resposta simples, em minha opinião. O aumento da demanda por carne bovina teve a ver com a ocorrência da peste suína na China, que dizimou boa parte do plantel suíno. A carne suína é a carne mais demandada no país e não há nenhuma indicação de que vá deixar de ser. Em segundo lugar, vêm as carnes de aves. O Brasil é o fornecedor número um de carne bovina e de carne de frango. Por enquanto, a demanda por proteína animal na China vem aumentando e continua aumentando. Agora, não vai aumentar indefinidamente. É preciso ter presente o fato de que a China ingressou há 2 anos em um processo de decréscimo populacional, que tende a se acelerar nos próximos anos. Há projeções segundo as quais a população chinesa poderia, até o final do século, decrescer dos atuais 1,4 bilhão para cerca de 800 e qualquer coisa milhões de pessoas. E isso não só representaria um decréscimo populacional, como também um correspondente envelhecimento da população. Então nós temos que estar preparados para uma redução da demanda, porque não parece óbvio que

viesse a ocorrer, sobretudo com a combinação de decréscimo e envelhecimento, um aumento permanente e continuado da demanda por proteína animal, sobretudo por carne bovina, que não é o produto de consumo habitual da população chinesa, e eu acho que não vai se tornar a principal proteína animal de consumo usual.

Daí porque, se o Brasil almeja manter seus volumes de exportação de proteína animal, poderá, por um tempo, contar com a China como mercado muito importante, mas terá que encontrar outros mercados se quiser manter a expansão e, a médio prazo, se quiser manter os próprios volumes exportados hoje. Porque a China, com uma população declinante, não vai ser capaz matematicamente de demandar provavelmente tanto quanto demanda hoje carne bovina.

Estamos falando aqui também dos fenômenos positivos que a senhora mencionou: café. Aí sim, há muita margem para nós crescermos. A juventude chinesa está consumindo café como os seus antepassados, e as gerações mais velhas não consumiam. O consumo de café se tornou um hábito entre os jovens. Esperemos que, quando eles deixarem de ser jovens, continuem a consumir café também na meia-idade e, depois disso, e aí sim que se mantenha essa curva ascendente que nós temos hoje. O Brasil não é o único produtor de café do mundo. O segundo maior produtor de café do mundo mora aqui do lado, que é o Vietnã. Não me lembro se é o maior produtor ou exportador, mas é o número 2. Tem uma vantagem geográfica, e nós vamos ter que competir. E aí, uma coisa que é preciso dizer: da mesma maneira que a relação com a China não caiu do céu, ela foi fruto de trabalho; a manutenção e o desenvolvimento da relação com a China como nosso grande parceiro vão demandar mais trabalho. Nós, no Brasil, não podemos nos deitar no berço esplêndido da celebração dos êxitos alcançados e achar que o que está conquistado [e] está aí para sempre. Não está. Por exemplo, como mencionei, [há] essa tendência demográfica esperada da China. Então teremos que continuar trabalhando, buscar novas possibilidades de exportação, de atração de investimento.

E o começo da sua pergunta teve a ver com cooperação na área de ciência e tecnologia. A China vive um processo aceleradíssimo de desenvolvimento científico e tecnológico. Não há nada igual no mundo em termos de velocidade. Os EUA ainda mantêm a liderança em certas áreas, inclusive em inteligência artificial, mas a China está bem próxima dos calcanhares dos EUA. Nós temos que buscar aumentar a cooperação, buscar atrair tecnologia, ter parcerias

de desenvolvimento científico e tecnológico, de aplicação dessas tecnologias e conhecimentos na economia.

Hoje já existe uma frente, por exemplo, que está sendo muito importante e que já é de conhecimento de muita gente no Brasil: a área de saúde. Seja o desenvolvimento da indústria farmacêutica chinesa, que apresenta muitas oportunidades de cooperação e que foi muito importante, como nós sabemos, durante a Covid no Brasil. A primeira vacina que chega ao Brasil e que passa a ser produzida em parceria pelo Butantan é uma vacina da Sinovac, da China. E hoje também existe a aplicação de inteligência artificial em hospitais, seja em diagnóstico, seja na gestão dos hospitais, para um aumento da capacidade de receber um número maior de pacientes, por exemplo, pacientes ambulatoriais.

Aqui na China, que é um país em desenvolvimento, de renda média, com renda per capita não tão maior do que a nossa, eles também têm problemas como nós temos de sobrecarga dos hospitais, populações que, em vez de irem para Upas, vão direto para o hospital e o sobrecarregam. Eles têm muitos problemas parecidos com os nossos. Não é à toa que o ministro da Saúde do Brasil já esteve aqui na China este ano 3 vezes, buscando justamente ver essas soluções. E não é só o governo. Muita gente do setor privado da área de saúde do Brasil vem à China para buscar, por exemplo, equipamentos que o Brasil pudesse importar a um custo mais baixo e que pudessem ser produzidos no Brasil. Quando o presidente voltou à China este ano, em maio, assinou ou assistiu à assinatura de memorandos de entendimento para a produção, por exemplo, de equipamentos no Brasil, como máquinas portáteis para exames de imagem, como ultrassom portátil, que nós não temos. Então essa é uma área, já que mencionou ciência e tecnologia, em que a gente pode fazer muito com a China, com impacto positivo direto na qualidade de vida da população brasileira.

Entrevistadora

Só uma observação, embaixador: a diferença da nossa produção de café para a do Vietnã é do próprio grão. Eles produzem Robusta e nós, Arábica. Então, creio que podemos ter esse diferencial também no mercado, pelo sabor do café.

Entrevistado

Por acaso eu li um texto estes dias que diz que o Brasil está se tornando também uma potência no Robusta. Nós estamos agora, aparentemente, criando uma linha mais forte na área de Robusta também, na Amazônia.

Pergunta

Passando um pouco sobre a questão de barreiras comerciais, a China tem imposto barreiras comerciais aos produtos brasileiros nos últimos anos, e mais recentemente barreiras sanitárias para a carne bovina, que hoje também enfrenta uma cota de importação. Na sua avaliação, a China tem imposto muitas barreiras comerciais aos produtos brasileiros atualmente, ou o que temos são casos pontuais? Como o governo brasileiro tem agido para resolver essas questões?

Resposta

Olha, vamos só qualificar. Em primeiro lugar, a medida de salvaguarda adotada contra as importações de carne bovina é para a carne bovina como um todo, não apenas a carne bovina proveniente do Brasil. Não é uma barreira sanitária, é uma barreira comercial mesmo, uma barreira econômica, motivada por uma lógica econômica que o Brasil contestou, mas não conseguiu convencer os chineses a não fazer. De fato, foi uma medida com duro impacto no Brasil, com impacto adverso forte. Os chineses nos deram para este ano, e depois ela vai subir muito lentamente no ano que vem, uma cota de 1.100.000 toneladas, sendo que em 2025 o Brasil exportou para cá 1.500.000 toneladas. Portanto, nós perdemos aí 400.000 toneladas de exportação. É um percentual considerável. Nós somos, de longe, o maior fornecedor e fomos o país mais atingido por essas medidas. Depois do Brasil, o país atingido de forma significativa foi apenas a Austrália.

Então realmente não há como minimizar o impacto dessa medida da China. Foi uma medida dura, com impacto muito forte no Brasil, e que os chineses justificaram como uma necessidade de proteger seus produtores internos de carne bovina. Nós questionamos tudo isso, tanto o governo como o setor privado do Brasil, como o governo e o setor privado de vários outros países. Mas o Brasil claramente tinha o maior preço a pagar e pagou um preço ainda mais do que proporcional à sua cota.

Quanto a outras barreiras, falar no plural já é mais difícil. Há, sim, restrições à entrada de produtos brasileiros aqui, mas não são restrições que vão e vêm. Para exportar qualquer produto para a China, produto agrícola ou pecuário, você tem que assinar um protocolo sanitário. As negociações desses protocolos sanitários, como o nome diz, entram em considerações sanitárias e fitossanitárias. O foco deles é isso, mas o ritmo dessas negociações também obedece a interesses comerciais, à necessidade, se a China quer ou não quer, precisa ou não precisa importar o produto x, y ou z. O que tem ocorrido, que talvez a professora tenha mencionado como barreiras sanitárias, é a suspensão de certos estabelecimentos por razões de descumprimento de determinados requisitos sanitários na sua produção, no transporte ou no manuseio dessas cargas, ou por outras razões. Mas eu não diria que a China tem propriamente uma política de numerosas medidas de restrição comercial.

Houve suspensão por causa da ocorrência no Brasil de caso de febre aftosa, de doença de Newcastle em aves no Rio Grande do Sul e de vaca louca. Mas são medidas que duram um tempo, têm um impacto e depois são superadas. Então eu não diria que é um mercado em que nós enfrentamos regularmente barreiras surpreendentes ao comércio. Eu diria que essas salvaguardas contra a carne bovina brasileira foram, sim, uma medida dura, da qual o Brasil se queixou e se queixa com razão até hoje, e não deixaremos de nos queixar, embora não a tenhamos politizado e transformado em um evento maior do ponto de vista do tensionamento político-diplomático.

Comércio de produtos agrícolas é sempre mais difícil do que o comércio dos outros bens. Essa é uma desvantagem nossa. Isso é verdade para a União Europeia; isso é ainda mais verdade para outros países na Ásia, como o Japão, onde eu também fui embaixador, ou a Coreia do Sul. São mercados muito restritivos, e as barreiras sanitárias e fitossanitárias são usadas também para proteger os produtores menos competitivos desses países, a agricultura familiar etc. Então é uma área, essa área de comércio agrícola, que é difícil e onde, por exemplo, quando ainda se negociava na OMC, onde eu também fui embaixador, os avanços eram sempre muito mais lentos do que no disciplinamento de outras áreas do comércio, como o comércio de bens industriais, em que o interesse ofensivo era dos países desenvolvidos e não dos países em desenvolvimento.

Pergunta

Considerando o atual contexto internacional marcado por disputas tecnológicas, reconfiguração das cadeias globais de valor e crescente fragmentação geopolítica, quais áreas de cooperação deverão ganhar maior protagonismo na agenda da COSBAN nos próximos anos? Em um ambiente de crescente incerteza internacional, qual tende a ser o papel da COSBAN para garantir previsibilidade e continuidade à relação bilateral?

Resposta

Olha, a COSBAN, como você sabe, foi criada em 2004, numa visita do presidente Lula à China, uma visita histórica no início do seu primeiro mandato de governo. A COSBAN basicamente organiza a relação. É algo que nós não temos na mesma escala e com as mesmas características com nenhum outro país do mundo.

É evidente que, em parte, isso decorre da própria singularidade do sistema organizacional e governamental chinês. O Brasil pensou antes, ainda no século XX, em algo parecido. O Brasil tentou fazer algo semelhante antes mesmo da existência da COSBAN com os EUA. Mas o fato é que isso não se provou factível com um país como os EUA, com características de organização e gestão governamental, sistema político, alternância no poder e descontinuidade administrativa mais parecidas com as nossas do que com a China. Então, a COSBAN é algo de que eu já tive a ocasião de participar de reuniões em Brasília. Não há uma máquina igual à COSBAN em nenhum outro país. Não há, nas relações exteriores do Brasil, uma entidade como a COSBAN, que faz sentar à mesa em Brasília tantos ministérios, tantas autarquias, tantas organizações governamentais que têm uma agenda com a China e que, de modo geral, sabem o que querem da relação com a China. Ela ajuda a coordenar a relação, que é dividida em subcomissões, que têm alguns grupos de trabalho. O Brasil tem todo interesse em manter a COSBAN. Qual é o nosso interesse, entre outros, em manter a COSBAN? É que nós temos relações com a China em outros âmbitos: nas Nações Unidas, na OMC, nos BRICS. Mas a COSBAN é um instrumento fundamental para nós mantermos a bilateralidade como o centro da relação com a China. O Brasil não quer ser diluído na relação com a China. Nós participamos do BRICS e tudo isso é muito importante, mas é fundamental que a nossa relação com a China seja decidida a 2 e não a 5, a 10, a 20, no G20, por exemplo. E a COSBAN é

fundamental. Por isso, é um interesse do Brasil defender que a COSBAN continue sendo o foro central da relação do Brasil com a China.

Respondendo à sua pergunta sobre as prioridades, têm que ser as prioridades que o Brasil considera serem as principais na relação bilateral. Por exemplo, a questão científica e tecnológica é uma prioridade. Educação é uma área em que nós podemos fazer muito mais. Há muito poucos brasileiros estudando na China e muito poucos chineses estudando no Brasil. Nós temos a ganhar com isso, trazendo mais estudantes brasileiros para a China, para universidades avançadas, por exemplo, nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia, matemática e medicina, áreas que ainda são desafiadoras no Brasil e cujo desenvolvimento impacta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros. É isso que a gente tem que buscar. Da mesma maneira que a China busca, nas suas relações com todos os países do mundo, inclusive com o Brasil, realizar seus objetivos, nós temos que buscar, nas relações com a China e nas relações com todos os países do mundo, realizar os nossos objetivos. E o nosso objetivo número um tem que ser, enquanto o Brasil tiver gente sem comer, gente pobre, gente sem casa adequada, cidades sem saneamento básico e tanto desenvolvimento faltando, usar as relações exteriores também para ajudar a corrigir e melhorar o Brasil. Então, as prioridades do Brasil na COSBAN têm que ser as áreas em que o Brasil acha que a relação com a China pode servir para desenvolver e melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

Pergunta

Ao longo da relação bilateral entre Brasil e China, nota-se um aumento dos investimentos chineses no Brasil. Como o senhor disse, recentemente o Brasil é o principal destino dos investimentos chineses no mundo. Quais são os atrativos brasileiros para os investidores chineses? Quais são os mecanismos diplomáticos e jurídicos utilizados por esses investidores?

Resposta

O crescimento do investimento chinês no Brasil assim como o de outros países, tem a ver com o que nós oferecemos em termos de possibilidade de retorno para esses investimentos. Há muitos anos, e isso acho que acabou de se repetir, o Brasil vem estando entre os principais destinos de investimento direto estrangeiro no mundo, não apenas da China, mas como um

todo. A principal fonte para aferir investimento direto estrangeiro, a mais tradicional, é a UNCTAD, que acabou de publicar a nova edição do seu relatório anual de investimento, e nós continuamos nas cabeças. O Brasil continua a ser um destino de investimento importante. E o que é que nós oferecemos, respondendo à sua pergunta? Escala, segurança, um histórico de bons retornos aos investimentos. As empresas multinacionais de diversos países, não as da China, que são muito mais novas, já estão no Brasil há muito tempo, já se tornaram brasileiras, digamos assim, até porque juridicamente as subsidiárias todas são. Elas já fazem parte da nossa vida, da nossa cultura, até do nosso cotidiano. A taxa de insucesso é relativamente baixa; não é maior do que provavelmente a taxa de insucesso nos países das próprias matrizes dessas empresas. Não há hostilidade política, econômica ou jurídica contra essas empresas.

Então nós temos, da mesma maneira que eu falei da confiança com a China, um histórico de acolhimento e de dar retorno a essas empresas, às empresas estrangeiras de modo geral, ao capital estrangeiro de modo geral, que é um incentivo em si mesmo para essas empresas irem para o Brasil. Agora, isso é a razão da atração. Mas há também uma razão; não vamos usar a palavra expulsão, mas as empresas chinesas têm uma necessidade de investir fora da China. Por quê? Porque a China está crescendo hoje e se tornando uma economia muito mais madura. É típico, é normal, quando as economias amadurecem e, depois de crescer a uma velocidade como a economia chinesa cresceu, que esse crescimento perca velocidade. E isso está acontecendo na China. Acabou de sair o último dado do crescimento do PIB do primeiro semestre, 4,3%. A China, há um tempo, crescia 10% ao ano. Então há uma redução da velocidade do crescimento. As empresas chinesas precisam investir e ter presença fora da China. Elas não podem ter presença fora da China apenas pelas exportações, porque a força exportadora do país já há muito tempo gera resistências políticas mundo afora.

No ano passado, a China teve um superávit comercial de 1,2 trilhão de dólares. Isso é um argumento poderoso para que vários países do mundo adotem políticas de fechamento comercial em relação à China, e isso está sendo feito muito fortemente nas economias desenvolvidas. Então as empresas chinesas precisam atuar no exterior. E quantas economias há no mundo que não discriminam o investimento chinês e que têm a escala do Brasil? Pensando assim, o Brasil e a Indonésia, que são os dois maiores destinos de investimento chinês entre as grandes economias emergentes. A Indonésia tem uma população próxima dos

300 milhões, se não me engano, bem maior do que a nossa, e nós temos 213, 214 milhões. Então não há muitas economias em que as empresas estrangeiras tenham segurança jurídica. Há descontinuidade política, mas as leis permanecem; o Judiciário é independente. Empresa não se move para perder dinheiro. Se o Brasil está recebendo os investimentos que está recebendo, é porque empresas de diversos países, inclusive as chinesas, acham que há motivo para isso e que as perspectivas de retorno e de segurança de seus investimentos são positivas.

Pergunta

A China passou de receptora de tecnologia estrangeira para uma das principais lideranças globais em setores como veículos elétricos, baterias e energias renováveis. Em relação ao setor de baterias, ela domina mais de 90% da produção mundial de materiais catódicos e cerca de 97% dos materiais anódicos para baterias. Na sua avaliação, quais elementos dessa trajetória podem inspirar a estratégia de desenvolvimento brasileira de médio/longo prazo, especialmente nas cadeias de valor relacionadas à transição energética?

Resposta

Eu acho que uma primeira lição para o Brasil do desenvolvimento chinês, e infelizmente nós nem sempre levamos essa lição em conta, é que um país como o Brasil não pode abrir mão de ter indústria. A China é o que é hoje pelo seu desenvolvimento científico e tecnológico que você mencionou, e cada vez mais por isso, mesmo quando decidiu mudar seu rumo político para a felicidade dela, em 1978, a partir de quando Deng Xiaoping entra na abertura e reforma, como eles chamam, quando eles se abriram aos investimentos estrangeiros, passaram a fazer parcerias com empresas estrangeiras, por exemplo, no setor automotivo, em que a Volkswagen trouxe o então Santana, que foi o primeiro carro de grande sucesso de vendas de automóveis, que passou a ser montado na China e que, aliás, contou com engenheiros vindos da Volkswagen do Brasil no seu desenvolvimento, assim como vieram engenheiros e outros trabalhadores brasileiros de outras marcas de automóveis para atuar na implantação da indústria automobilística na China.

Você precisa ter indústria. A China nunca acreditou que, mesmo abrindo o seu mercado para a competição estrangeira, ela não precisasse ter política industrial e incentivar a preservação de sua indústria e o desenvolvimento de sua indústria. E a China hoje vive do quê?

Qual é o grande ativo da China? É ser, no fundo, a fábrica do mundo. É uma fábrica que sabe que, para se manter como fábrica do mundo, precisa investir em ciência e tecnologia, precisa ter engenheiros em grande número. Só a BYD tem aproximadamente, um pouco mais, um pouco menos, 100 mil engenheiros, segundo a direção da empresa. Então não é de surpreender o impacto que essa empresa tem hoje no mundo. Começou na área de baterias, justamente a que você mencionou, antes de passar para a área de automóveis. Então essa é uma primeira lição para o Brasil. O outro é exatamente o que você disse: um país do tamanho do Brasil não pode não ter indústria, não pode não ter engenheiros, não pode não ter universidade, não pode não ter um sistema educacional robusto. A China nos ensina, não que nós vamos seguir o modelo chinês, não é disso que se trata, mas observar o que a China alcançou nos faz recordar lições que nós nunca deveríamos ter deixado de lado e que é fundamental que nós nunca voltemos a deixar.

Isso vale para educação, isso vale para saúde, isso vale para ciência e tecnologia. Nós, infelizmente, no Brasil, ainda não conseguimos transformar o reconhecimento consensual que existe no país da necessidade de uma educação, de um sistema educacional robusto do início ao fim. Todos nós, brasileiros, sabemos que precisamos disso, mas, por algum motivo, somos incapazes de fazer isso.

Então, o que a China nos ensina, mesmo nós tendo sistemas políticos distintos — no Brasil há eleições a cada 4 anos, você pode mudar de um lado para o outro a liderança em termos políticos — é que, para isso, as democracias ocidentais, e nós somos uma democracia ocidental, precisam ter burocracias estáveis, continuidade administrativa, Judiciários fortes e independentes, parlamentos que assegurem a produção de leis que respondam à composição do parlamento, mas que avancem no tempo normalmente, independentemente da alternância do poder no Executivo. Nós temos sistemas diferentes e vamos continuar a ter, mas sim, nós temos coisas a aprender com a China. E essa mesma lição da China, os americanos nunca deixaram de fazer política industrial, embora o Trump ache que deixaram por pouco tempo e ache que foi um erro; ele vive repetindo isso. O Japão sempre fez política industrial, a Coreia do Sul sempre fez política industrial. Então os países que deram certo no mundo não foram porque deixaram apenas as forças de mercado atuarem por si sós, como às vezes alguns repetem. Os países que deram certo no mundo deram certo porque tiveram política industrial

e política de desenvolvimento científico e tecnológico. A China é apenas o mais recente e o maior desses casos de sucesso, porque houve outros, aqui na Ásia, inclusive. Houve o Japão e a Coreia do Sul, que basicamente seguiram trajetórias, embora com escalas menores e situações políticas completamente distintas, em que passaram por políticas industriais, incentivo e proteção de certos setores. Eu não conheço nenhum outro exemplo de país emergente ou em desenvolvimento que tenha se tornado mais desenvolvido apenas com laissez-faire ou apenas acreditando nas bondades da chamada globalização.

Pergunta

Em qual momento a China passa a ver o Brasil como uma oportunidade de investimentos para o setor de veículos elétricos, em vez de apenas um destino das exportações? Como os diálogos bilaterais contribuíram para construir as condições políticas e econômicas que hoje favorecem a expansão chinesa no setor aqui no Brasil?

Resposta

Olha, eu não participei diretamente de diálogos nesse sentido da sua pergunta. Eu diria que esses investimentos decorrem da percepção da China, pelas empresas em questão, de que politicamente não seria viável a China olhar para o Brasil apenas como um mercado de destino de veículos montados prontos, um mercado de destino de exportações, porque isso não seria aceitável para o Brasil; de que essas empresas apenas não transferissem produção e apenas vendessem produtos para o Brasil com a intensidade que vêm fazendo nos últimos poucos anos. Essa foi uma história muito rápida.

Então, digamos, a motivação — e isso foi sempre ditoàs empresas e ao governo chinês inclusive, sistematicamente, e eles sabem — é que não basta apenas, por exemplo, implantar plantas de montagem no Brasil de produtos produzidos seja na China, seja em outros locais no exterior. É preciso transferir para o Brasil, crescentemente, e essa é uma necessidade nossa, [de] segmentos cada vez mais relevantes das cadeias produtivas desses bens que são vendidos no Brasil. Nós temos escala suficiente para justificar esses investimentos e para que essas empresas operem no Brasil. E somos também parte de um mercado comum, o Mercosul. Então essas empresas, ao produzirem no Brasil, não apenas podem suprir e concorrer no mercado interno brasileiro, mas também concorrer no mercado do Mercosul. Até porque, para

exportarem para o Mercosul, elas têm que atender aos requisitos de regras de origem do Mercosul e precisam ter um percentual do valor do bem vendido produzido localmente.

Pergunta

E o senhor percebe uma vontade dessas empresas de se instalarem em todos os elos da cadeia ou somente nos iniciais e finais? O senhor acredita que conseguimos fugir da armadilha do neoextrativismo?

Resposta

Olha, é difícil. Se eu te respondesse nesses termos, eu estaria especulando. Eu acho que nós precisamos continuar a insistir em que as empresas cada vez mais transfiram uma parte crescente dos elementos que integram os bens que produzem no Brasil, que os produzam localmente, ou que incentivem a transferência de supridores habituais dessas empresas, por exemplo, de indústrias de peças e autopeças, transferindo não só as montadoras, mas também as próprias indústrias de peças e autopeças para o Brasil.

A história da indústria automobilística brasileira, em grande parte, foi feita dessa maneira. E eu acho que nós devemos insistir nisso. Nós precisamos de emprego no Brasil e precisamos de desenvolvimento de nossa capacidade produtiva e tecnológica. E, para isso, é imperativo que continuemos a insistir na transferência de conhecimentos de segmentos cada vez mais relevantes das cadeias produtivas. É uma luta, e essas coisas precisam ser buscadas. É disso que eu falo quando me refiro ao trabalho. Nós temos que trabalhar para isso.

Pergunta

Sobre a questão da transição energética, o senhor considera que Brasil e China têm uma agenda de transição energética comum, não só compartilhada, e, se sim, por quais meios implementam essa agenda?

Resposta

Primeiro, se você pega os relatórios do Conselho Empresarial Brasil-China, o setor energético é o destino da maior parte dos investimentos chineses no Brasil. Cerca de 45% dos investimentos diretos chineses no Brasil entre 2007 e 2024 foram para o setor elétrico, e aproximadamente 30% para o de óleo e gás. Ou seja, cerca de 75% dos investimentos chineses

estão concentrados em energia. No setor elétrico, os investimentos começaram com a transmissão, quando a State Grid entrou na concorrência para construir o linhão de transmissão de Belo Monte, na Amazônia. Eles tinham experiência em transmissão de longa distância na China, que também é um país de dimensões continentais, onde parte da eletricidade é produzida longe dos principais centros consumidores, assim como ocorre no caso de Belo Monte. A partir daí, as empresas chinesas passaram também a atuar em geração e distribuição. A matriz elétrica brasileira, que já era relativamente limpa, está se tornando cada vez mais limpa. A participação da geração de origem eólica, sobretudo no Nordeste, e da energia solar aumentou, tornando a matriz brasileira ainda mais renovável. Hoje, cerca de 90% da geração elétrica brasileira vem de fontes renováveis, e essa participação continua crescendo. Parte desse processo tem ocorrido com investimentos estrangeiros, inclusive investimentos chineses.

Essa transição energética brasileira é uma trajetória que vem de longe. Nós já estamos transitando para uma economia mais verde desde o Proálcool, em 1975. É uma história que praticamente coincide no tempo com o início das relações diplomáticas entre Brasil e China. A China ainda está longe de ter uma matriz elétrica tão limpa quanto a brasileira. Eles ainda dependem muito do carvão. Ao mesmo tempo, até os americanos reconhecem que nenhum país no mundo realizou nos últimos anos tantos investimentos em transição energética quanto a China. Ela tem investido em energia renovável em uma escala superior à do restante do mundo somado. Ainda assim, a geração de eletricidade a partir do carvão na China continua representando cerca de 60% da matriz elétrica, um pouco mais. Portanto, a China ainda depende fortemente do carvão e continua sendo a maior emissora de gases de efeito estufa do mundo, tendo ainda um longo caminho para reduzir essas emissões.

Então essa é uma área importante para os dois países. O Brasil é um exemplo para a China em relação à construção de uma matriz energética mais limpa. Mas é importante reconhecer que essa matriz brasileira decorre tanto das nossas escolhas políticas quanto das nossas próprias características naturais. O Brasil possui recursos que facilitam essa transição, como disponibilidade de terra cultivável e água.

A China, por outro lado, não poderia fazer um programa como o Proálcool, porque não possui a mesma disponibilidade de terras e recursos hídricos que o Brasil possui para

produzir cana, milho e biocombustíveis em escala suficiente para atender um mercado das dimensões chinesas. Fala-se há algum tempo na possibilidade de exportação de etanol brasileiro para a China, mas isso nunca avançou de forma significativa, especialmente diante do avanço dos veículos elétricos chineses. Talvez exista uma oportunidade maior no futuro para combustíveis sustentáveis de aviação, como o SAF, mas no transporte terrestre a China já fez uma transição muito forte em direção à eletrificação.

Nesse sentido, a ferrovia é outra área em que a China apresenta uma experiência importante. Tanto os trens de alta velocidade quanto o transporte ferroviário de cargas têm um papel central no país, enquanto o Brasil continua muito dependente de rodovias e transporte aéreo. A ferrovia é outra lição que o Brasil tem dificuldade de aprender. Nós sabemos há muito tempo que a ferrovia deveria ser um elemento central do nosso sistema de transporte. Há quase um século existe esse diagnóstico, mas é mais um daqueles consensos sobre os problemas do Brasil que não conseguimos transformar em políticas efetivas.

Pergunta

Por fim, quais são as agendas de potencial colaboração efetiva entre Brasil e China que o senhor vislumbra para o futuro?

Resposta

O que eu diria é que as relações do Brasil com a China justamente serão cada vez mais complexas, e é bom que elas se deem em um número cada vez maior de campos e planos. É difícil falar em um, dois ou três setores específicos, porque serão muitos. A China é um país com mais de 1 bilhão de habitantes e 9,5 milhões de quilômetros quadrados; nós somos um país com mais de 200 milhões de habitantes e 8,5 milhões de quilômetros quadrados. São países com economias diversificadas, complexas e sociedades complexas. Portanto, nossas relações precisam refletir essa complexidade e essa diversidade de parte a parte, e é positivo que assim seja.

Uma área em que precisamos trabalhar há muito tempo é a diversificação da nossa pauta de exportações para a China. Nós não podemos continuar amarrados a 5 produtos cuja permanência e relevância no longo prazo não podemos assegurar. Daqui a 50 anos, não sabemos se a China continuará precisando dos mesmos produtos que exportamos hoje nos

mesmos volumes. Qual será, por exemplo, o futuro do minério de ferro na indústria futura? Não é fácil prever. Pode ser que a demanda aumente, pode ser que diminua, mas não é algo evidente. Então precisamos estar preparados para manter uma relação cada vez mais diversa com a China em um mundo que provavelmente não será mais simples.

A condução das relações com a China em um cenário internacional tensionado geopoliticamente é uma navegação que, por vezes, ocorre em mares turbulentos, porque podem surgir cobranças para que os países adotem determinadas posições ou limitem suas relações com a China em algumas áreas. Mas essa é uma navegação que a diplomacia brasileira e o Brasil sabem fazer. Nós não queremos que o mundo volte a ser bipolarizado como o da Guerra Fria, mas, se isso ocorresse, não seria favorável para nós. Há elementos dessa bipolarização já presentes na realidade contemporânea. O Brasil, porém, já navegou durante a Guerra Fria e conseguiu preservar uma posição de autonomia. Chegamos a ser tão não-alinhados que sequer integramos o Movimento dos Não Alinhados. E fizemos isso durante boa parte desse período, mesmo sob um regime autoritário de forte caráter anticomunista, que, apesar disso, em 1975 reconheceu a independência de Angola promovida pelo MPLA, um movimento de orientação comunista.

O Brasil possui uma cultura diplomática e política pragmática, baseada em orientar-se pelos seus interesses e em não misturar questões, mesmo quando outros países fazem isso. E devemos continuar seguindo esse caminho. Para isso, o Brasil precisa preservar sua autonomia. O objetivo principal da política externa, além de contribuir para o desenvolvimento nacional, deve ser garantir margem de manobra para o país em um mundo no qual essas margens às vezes se tornam mais estreitas. Um país do tamanho do Brasil é como um petroleiro tentando manobrar em um canal: não podemos ficar presos a uma única direção. Não podemos ter relação apenas com x, y ou z, porque somos grandes demais para depender de uma única parceria. Nenhuma relação bilateral, por si só, é capaz de atender todas as nossas necessidades externas. Precisamos manter relações com o mundo todo.

Quando usamos a palavra universalismo para descrever a política externa brasileira, isso não é apenas uma expressão diplomática. É uma necessidade decorrente do próprio tamanho e das características do Brasil. Nenhum país sozinho é capaz de resolver todos os desafios ou atender a tudo aquilo de que precisamos. Por isso, precisamos nos relacionar com

todos e, para isso, precisamos preservar nossa margem de manobra e nossa capacidade de resistir a pressões que tentem nos transformar em parceiros exclusivos de A, B ou C. Nós nunca fomos parceiros exclusivos de ninguém, e é fundamental que continuemos assim: sendo parceiros de todos, sem exclusões.